

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 14, número 2 (2023)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## O Trabalho das Agricultoras Familiares no Cultivo das Plantas Medicinais e na Preservação dos Conhecimentos Tradicionais

*El Trabajo de las Agricultoras Familiares en el Cultivo de Plantas Medicinales y la Preservación de los Conocimientos Tradicionales*

*The Work of Female Family Farmers in Cultivating Medicinal Plants and Preserving Traditional Knowledge*

**Aline Motter Schmitz**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
alinemotter@hotmail.com

**Roseli Alves dos Santos**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
roseliasantos@gmail.com

Como citar este artigo:

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roseli Alves dos. O Trabalho das Agricultoras Familiares no Cultivo das Plantas Medicinais e na Preservação dos Conhecimentos Tradicionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 2, p. 203-216, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# O Trabalho das Agricultoras Familiares no Cultivo das Plantas Medicinais e na Preservação dos Conhecimentos Tradicionais

*El Trabajo de las Agricultoras Familiares en el Cultivo de Plantas Medicinales y la Preservación de los Conocimientos Tradicionales*

*The Work of Female Family Farmers in Cultivating Medicinal Plants and Preserving Traditional Knowledge*

## Resumo

O objetivo deste artigo consiste em compreender a importância do trabalho das agricultoras para a manutenção dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, a partir dos estudos geográficos e de gênero. Esta pesquisa possui como metodologia a análise qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica e coleta de informações primárias junto às agricultoras integrantes do Coletivo de Mulheres Agricultoras do SINTRAF-FB. Tais agricultoras são fundamentais para a manutenção da mão de obra no campo, bem como para salvaguardar os conhecimentos e espécies de plantas medicinais.

Palavras-Chave: Gênero; Patriarcado; Agricultura familiar; Mulheres.

## Resumen

El objetivo de este trabajo es comprender la importancia del trabajo de las mujeres agricultoras en el mantenimiento de los conocimientos tradicionales sobre plantas medicinales a partir de estudios geográficos y de género. Esta investigación utiliza como metodología el análisis cualitativo, realizado a través de la revisión bibliográfica y recolección de información primaria de mujeres agricultoras integrantes del "Colectivo de Mujeres Campesinas SINTRAF-FB". Estos agricultores son esenciales para mantener la mano de obra en el campo, así como para salvaguardar los conocimientos y las especies de plantas medicinales.

Palabras-Clave: Género; Patriarcado; Agricultura familiar; mujeres.

## Abstract

The objective of this work is to understand the importance of the women farmers' work to maintain traditional knowledge about medicinal plants based on geographic and gender studies. This research uses qualitative analysis as a methodology, carried out through a bibliographical review and collection of primary information from the women farmers who are part of the "Collective of Women Farmers of SINTRAF-FB". Such farmers are essential for the maintenance of labor in the field, as well as for safeguarding knowledge and species of medicinal plants.

Keywords: Gender; Patriarchy; Family farming; Women.

Aline Motter Schmitz, Roselí Alves dos Santos



### **Introdução**

O objetivo deste artigo consiste em compreender a importância do trabalho das agricultoras para manutenção dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, a partir dos estudos geográficos e de gênero<sup>1</sup>. Esta pesquisa é qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de informações primárias junto às agricultoras integrantes do Coletivo de Mulheres Agricultoras do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Francisco Beltrão (SINTRAF-FB).

O trabalho das agricultoras é fundamental para a manutenção da mão de obra no campo e para a preservação das espécies de plantas medicinais e dos conhecimentos tradicionais a elas relacionados. O vínculo entre elas e os conhecimentos de cura, com a utilização das plantas medicinais, permanece na constituição da sociedade moderna, mesmo com todas as dificuldades de produção e manutenção das práticas realizadas, perante um modelo produtivo pautado na utilização intensiva dos agroquímicos e das monoculturas.

As agricultoras conservam espécies e conhecimentos sobre as plantas medicinais que são repassados entre gerações. Para além do cultivo domiciliar das plantas medicinais, alguns grupos procuram unir estes conhecimentos historicamente adquiridos, com a finalidade de obtenção de renda, duas temáticas importantes para a organização das mulheres.

### **O trabalho das agricultoras: o cultivo das plantas medicinais nos quintais produtivos**

Conforme Joseli Maria Silva (2003), as pesquisas com abordagem de gênero sobre a produção espacial em níveis micro e macro têm estabelecido uma análise sobre os espaços privados e públicos. Assim, utilizando a perspectiva binária de gênero, buscamos analisar os espaços ocupados por homens e mulheres que, na divisão sexual do trabalho no patriarcado, têm seus trabalhos considerados como produtivos (remunerados) e reprodutivos (não remunerado), respectivamente.

A aproximação da categoria trabalho com as questões de gênero vai além da divisão sexual, configura-se em elementos implícitos e explícitos que coadunam com a lógica patriarcal, concretizando-se na constituição dos espaços. Para Maria Ignês Paulilo (2016), a categoria “trabalho” sempre foi muito importante para o feminismo, seja ele remunerado ou não.

Na década de 1970, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais-valia, o que daria ao trabalho doméstico a classificação de improdutivo [...] (Paulilo, 2016, p. 179).

No entanto, embora houvesse críticas à exploração do capitalismo ao trabalho remunerado, além da problemática da dupla jornada de trabalho para

<sup>1</sup> Este texto faz parte de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia – Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão entre 2018 e 2023. Tal projeto foi financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

as mulheres, este é considerado uma conquista para a independência e visibilidade feminina (Paulilo, 2016). O que não ocorre na agricultura, visto que o gerenciamento e controle financeiro das unidades produtivas é realizado predominantemente pelos homens e, portanto, as mulheres ficam dependentes financeiramente, mesmo possuindo longas jornadas de trabalho.

De acordo com Maria Franco Garcia e Antônio Thomaz Júnior (2002, p. 3) “o capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, à mulher, longe de emancipá-la a explora mais ferozmente”. Em pesquisa realizada em assentamento oriundo do Movimento Sem Terra, na região do Pontal do Paranapanema, São Paulo, os autores analisam algumas perspectivas sobre as agricultoras no meio rural brasileiro. Nela, demonstra-se a desigualdade de exploração do trabalho de acordo com o sexo, no capitalismo, já que o trabalho das agricultoras é mais desvalorizado em relação ao dos agricultores.

A infravaloração do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade ocidental, tanto nos espaços urbanos e rurais quanto nos territórios da luta. Independentemente das conquistas de cunho feminista e trabalhista logradas durante décadas de luta atendemos, hoje, ao incremento da precarização e informalidade nas relações de trabalho concomitante ao incremento da participação da mulher no mercado de trabalho (Garcia; Thomaz Júnior, 2002, p. 04).

Diversas pesquisas ressaltam que os trabalhos das mulheres são considerados inferiores ou invisibilizados diante dos trabalhos realizados pelos homens, como Marilyn Strathern (2006), que faz uma crítica à exploração e invisibilidade do trabalho feminino, ou Paulilo (1987), que chama atenção para o fato de o trabalho feminino ser considerado “ajuda” na agricultura, ter menor remuneração que o trabalho masculino, além de ser considerado “leve” (mesmo sendo exaustivo e penoso).

Da mesma forma, no Sudoeste paranaense, o trabalho das mulheres agricultoras é invisibilizado perante o sistema patriarcal capitalista. As atividades produtivas e reprodutivas cotidianamente realizadas por elas não são consideradas como trabalho e, quando desempenham atividades que são designadas de responsabilidade dos homens, o trabalho é considerado ajuda, conforme salienta Paulilo (1987).

De acordo com Aline Motter Schmitz (2014), a divisão sexual do trabalho relega às mulheres agricultoras a responsabilidade do trabalho repetitivo e cotidiano nas unidades produtivas, tendo como principal característica a não remuneração, dentre eles, as atividades domésticas e o cuidado com crianças e idosos, da horta se destacam, entre outros.

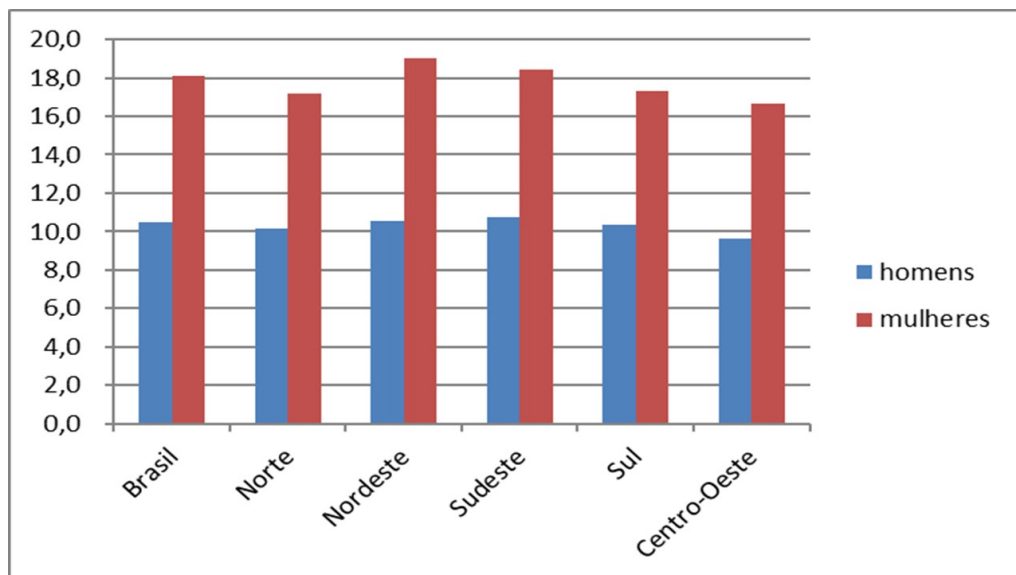
Para Terezinha Brumatti Carvalhal (2009, p. 53) “A divisão sexual do trabalho e o binômio patriarcado/capitalismo cristalizaram a opressão das mulheres na sociedade, levando-se em conta que o dispêndio de trabalho em casa, por alguém, favorece que outros possam realizar o trabalho em local público”.

Para Adriana Piscitelli (2009), não há uma divisão equitativa do trabalho doméstico entre homens e mulheres, no Brasil. De acordo com dados do

## O Trabalho das Agricultoras Familiares no Cultivo das Plantas Medicinais e na Preservação dos Conhecimentos Tradicionais

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres brasileiras dedicam mais tempo aos afazeres domésticos e/ou cuidado com pessoas (gráfico 1). Sendo que os dados são relativos a pessoas ocupadas, maiores de 14 anos, no ano de 2016.

Gráfico 1 – Horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos - pessoas ocupadas acima de 14 anos no ano de 2016 de acordo com sexo.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, consolidado de quintas entrevistas.

De acordo com o gráfico 1, no território brasileiro, as mulheres utilizam entre 16 e 18 horas semanais para afazeres domésticos e cuidado de pessoas, enquanto os homens utilizam entre 8 e 12 horas semanais para tal atividade.

No caso da agricultura, embora não existam dados oficiais, as pesquisas apontam uma diferença na realização do trabalho doméstico, de acordo com o gênero, de uma forma ainda mais expressiva. Os pressupostos da divisão sexual do trabalho relegam às mulheres funções relacionadas predominantemente ao espaço privado e, aos homens, ao espaço público. Em trabalho de campo realizado em Francisco Beltrão e Salto do Lontra, em 2013, verifica-se que o trabalho doméstico na agricultura familiar é realizado exclusivamente pelas mulheres, exceto raras exceções (Schmitz, 2014).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

De acordo com Claudia Mazzei Nogueira (2010), as atividades gratuitas realizadas pelas mulheres (alimentação, limpeza, etc.) possuem relevante papel na redução de custos da reprodução da força de trabalho.

Aline Motter Schmitz, Roselí Alves dos Santos



Christine Delphy (2015) faz uma reflexão sobre a gratuidade do trabalho das mulheres, ao lembrar os processos de industrialização de muitos produtos que outrora faziam parte das atividades domésticas, como é o caso do pão, do vestuário, de conservas, etc. As indústrias passam a vender os produtos do trabalho, que antes eram desenvolvidos de forma gratuita pelas mulheres. Que passaram, também, a ser contabilizadas no produto nacional. “Na verdade, todos os serviços domésticos existem no mercado: alguns comércios de fiambres e restaurantes vendem pratos prontos, as creches e as babás atendem as crianças, as empresas de limpeza e os domésticos executam os trabalhos de manutenção etc.” (Delphy, 2015, p. 107).

Portanto, para Delphy (2015) salvo alguns setores, após a industrialização, a família perde sua característica de unidade de produção. No entanto, cabe lembrar que a maioria das agricultoras não tem acesso às creches ou até mesmo à parte dos produtos perecíveis industrializados, de modo que ainda são sua responsabilidade essas atividades.

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidas no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal (Delphy, 2015, p. 111).

No caso das agricultoras familiares, a falta de controle e gerenciamento das atividades remuneradas é mais um empecilho para a autonomia, perante o sistema capitalista, portanto, tornam-nas submissas aos que possuem esse controle, via de regra, seus pais, irmãos, maridos, etc. Portanto, as pesquisas realizadas na agricultura demonstram a rígida divisão sexual do trabalho, decorrente do patriarcado.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), os estabelecimentos agropecuários são dirigidos predominantemente por homens, no caso da agricultura familiar, 80% dos estabelecimentos brasileiros são dirigidos por homens e 20% por mulheres, quanto ao estado do Paraná, a diferença é ainda mais expressiva, com 86% dos estabelecimentos sendo dirigidos por homens e 14% por mulheres.

No meio rural, entre os camponeses, ainda que as relações de trabalho não sejam assalariadas, essa realidade é perceptível. Um exemplo disso é o fato de os homens comercializarem os produtos mesmo quando esses foram produzidos pelas mulheres, algo muito comum em famílias rurais. Tal fato ocorre porque o espaço público é considerado masculino, no qual o “chefe da família” é encarado como o responsável pela realização das atividades externas à unidade de produção, encarregado das relações econômicas e políticas, como as tratativas com os bancos, as cooperativas, os sindicatos, os técnicos e os órgãos de extensão rural, por exemplo (Kempf; Wedig, 2019, p. 3).

Considerando o modelo tradicional de sociedade, diferencia-se o papel doméstico e de provedor, assumidos pelas mulheres e pelos homens,



respectivamente. No modelo de conciliação, as mulheres conciliam o trabalho familiar e profissional, as que possuem maior poder aquisitivo podem realizar o modelo de delegação, ao contratar outras mulheres para realizar as atividades domésticas (Hirata; Kergoat, 2007,).

O trabalho das agricultoras pode ser compreendido a partir do modelo de conciliação, sendo que as atividades produtivas e improdutivas acontecem no mesmo espaço. Constatação que permite compreender as extensas jornadas de trabalho, pois são responsáveis pelas atividades cotidianas e repetitivas, portanto, seu trabalho tem um ciclo que nunca termina.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Cabe refletir que, no ano de 2020, a humanidade foi acometida pela Pandemia da Covid-19, a qual, ainda em processo de estudos, teve com uma das principais medidas públicas de saúde o isolamento social para a redução dos índices de transmissão do vírus. Houve junção do espaço de trabalho remunerado e doméstico para muitas pessoas e uma das grandes discussões relacionadas às questões de gênero foi o processo de aprofundamento da violência doméstica e a sobrecarga de trabalho das mulheres, devido ao *home office*. Nesse contexto, muitas mulheres urbanas passaram a desenvolver o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, o cuidado com filhos e com a família no mesmo espaço.

A utilização do mesmo espaço para trabalhos considerados produtivos e reprodutivos é realidade das agricultoras, mesmo antes da necessidade de isolamento social, portanto, muitos problemas que as mulheres urbanas passaram a enfrentar já eram preocupação das mulheres agricultoras, como o cuidado em tempo integral das crianças (menores de 4 anos que não frequentam escola), o distanciamento do convívio social (a grande maioria das agricultoras não possuem veículo ou carteira de motorista), entre outros.

A necessidade de obtenção de fonte de renda e a conciliação das atividades para consumo familiar, no mesmo espaço doméstico, por meio de uma divisão sexual do trabalho patriarcal, relega às mulheres agricultoras extensa carga laboral. Portanto, a conservação de espécies e conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais são formas de resistência ao modelo hegemônico de produção.

Assim, considerando a rígida divisão sexual do trabalho agropecuário, em pesquisa realizada no Sudoeste paranaense, para Schmitz *et al.* (2010), as mulheres possuem uma relação muito importante com a agricultura e com a conservação da biodiversidade, sendo que os conhecimentos relacionados aos processos produtivos e naturais são repassados de geração a geração. Para os

autores, as mulheres continuam tendo papel central na segurança alimentar e nutricional das famílias. Sendo que apresentam, ainda, forte organização política, como forma de enfrentamento à realidade posta. Portanto, as mulheres são detentoras de conhecimentos que, muitas vezes, são colocados em segundo plano diante da hegemonia da indústria química/farmacêutica.

Para além do trabalho em atividades consideradas produtivas como, por exemplo, na atividade leiteira e nas lavouras, a divisão sexual do trabalho relega às agricultoras a total responsabilidade para com o espaço privado, trabalho doméstico, saúde e alimentação da família, com os cultivos para o consumo da família, entre outros. O quintal da casa ou o quintal produtivo é um importante espaço de produção ocupado pela mulher.

Os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra, consistem em uma combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais e ornamentais, algumas vezes associados à pequena criação de animais domésticos, ao redor da residência. Tradicionalmente, o manejo e cuidado destes quintais é atribuído a mulher, bem como o processamento dos alimentos consumidos pela família. Práticas alimentares como a produção para o autoconsumo, são desenvolvidas pelas mulheres e historicamente vem contribuindo para a segurança alimentar. A agrobiodiversidade encontrada nos quintais, constitui uma estratégia de preservação de espécies e seu patrimônio genético, além de possibilitar a reprodução das práticas alimentares, contribuindo para a sociobiodiversidade (Strate; Costa, 2018, p. 3737).

De acordo com Mirian Fabiane Strate e Sonia Maria da Costa (2018), as mulheres assumem papel fundamental para a segurança alimentar das famílias, o que contribui para a renda, mas também para a gestão dos recursos naturais e a soberania alimentar, pela conservação de espécies vegetais. Da mesma forma, Adriella Furtado da Silva, Mônica de Caldas Rosa dos Anjos e Adilson dos Anjos (2016) destacam que os quintais produtivos correspondem a uma fonte de renda não monetária, pois auferem economia por meio do consumo de produtos variados pela família.

Para Gilvanete Cicera de Sousa e Claudiano José de Sousa (2020), as plantas medicinais são utilizadas para o cuidado com a saúde humana e animal nas comunidades camponesas, mas também na alimentação. Os quintais são farmácias vivas que permitem a utilização das plantas medicinais, as quais atuam de forma preventiva e como remédio para diversas enfermidades. O cultivo e a utilização das plantas medicinais pelas famílias camponesas economizam gastos farmacêuticos.

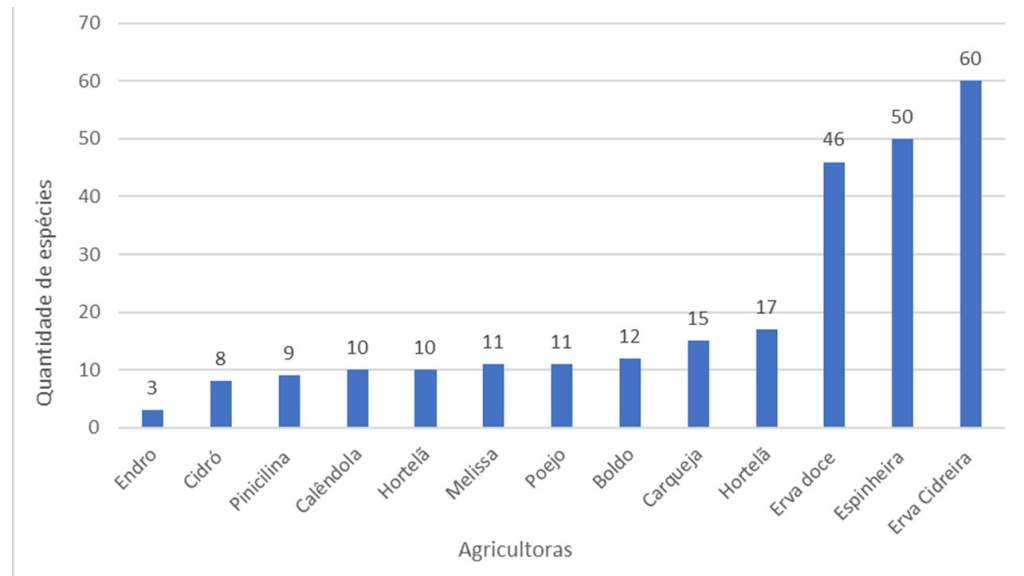
Na pesquisa realizada, verificamos que as agricultoras cultivam inúmeras espécies medicinais nos quintais produtivos, mas também relatam a conservação e utilização das plantas medicinais pela família, com amplo conhecimento sobre suas propriedades medicinais, que são testadas e repassadas ao longo de gerações.

As informações apresentadas no gráfico 2 foram repassadas pelas próprias agricultoras, sendo que, dentre as 16 agricultoras pesquisadas, 13 delas responderam tal questionamento.



## O Trabalho das Agricultoras Familiares no Cultivo das Plantas Medicinais e na Preservação dos Conhecimentos Tradicionais

Gráfico 2 – Quantidade de espécies diferentes de plantas medicinais cultivadas pelas agricultoras pesquisadas.



Fonte: Pesquisa de campo, Francisco Beltrão, 2021/2022.

De acordo com o gráfico 2, a maioria das agricultoras possui entre 08 e 17 espécies diferentes de plantas medicinais. De acordo com as agricultoras Stevia<sup>2</sup> (2021) e Poejo (2021), a recorrente troca de espécies medicinais quem cultiva é uma prática costumeira e evita que as espécies sejam extintas.

Na imagem 1, o cultivo das plantas medicinais realizado por uma das entrevistadas.

Imagem 1 – Cultivo de plantas medicinais no quintal produtivo de uma das agricultoras pesquisadas, Francisco Beltrão, 2022.



Fonte: Pesquisa de campo, Francisco Beltrão, 2021/2022.

<sup>2</sup> De acordo com orientação do Comitê de ética em pesquisa, no qual submetemos este trabalho, não identificamos as agricultoras entrevistadas por seus nomes pessoais, assim, utilizamos codinomes (de plantas medicinais).

A modernização da agricultura modificou os sistemas produtivos e o trabalho agropecuário (a partir da padronização das técnicas e tecnologias, inserção das monoculturas comerciais, utilização de agroquímicos, etc.). Mirian Fabiane Strate e Sonia Maria da Costa (2018) salientam que, embora a agricultura familiar apresente altos índices de produtividade, o foco na produção de mercadorias em escala modifica os hábitos alimentares e de consumo das famílias, as quais passam a dedicar menos tempo para a produção de autoconsumo e adquirem produtos nos supermercados.

No entanto, essa modificação produtiva não ocorre em relação ao cultivo das plantas medicinais pelas agricultoras pesquisadas, as quais mantêm refúgios e diversas espécies nos quintais produtivos. Tal processo de modernização evidencia os conflitos de gênero presentes nas unidades produtivas. A produção comercial, geralmente de monocultivos, administrada pelos homens, passa a ser considerada como mais importante e o trabalho da mulher, na produção para alimentação da família, passa a ser secundário, inclusive sendo relegado a ele a utilização dos piores terrenos. Isto ocorre devido a não contabilização monetária de tal atividade.

Mesmo com a modernização, a divisão sexual do trabalho, de acordo com o gênero, pautada na divisão entre os espaços públicos e privados, permanece. Assim, o trabalho das agricultoras, via de regra, é desvalorizado, invisibilizado e não remunerado, mesmo com extensivas jornadas de trabalho.

A referida invisibilidade tem relação com os preconceitos de gênero, mas também com o significado que o trabalho tem nas sociedades capitalistas: a sua valoração é intrínseca à produção e à geração de renda, especialmente àquela realizada em atividades externas ao ambiente doméstico, que resultam em renda monetária, assim, as atividades desenvolvidas pelas mulheres não são reconhecidas, mesmo quando servem de sustentação para que as pessoas da casa possam atuar no mercado de trabalho.

O trabalho reprodutivo (não remunerado) realizado pelas mulheres, especificamente pelas agricultoras, as aproxima das práticas de cuidado e saúde, assim, tem maior contato com a preservação de espécies de plantas medicinais, bem como dos conhecimentos que a permeiam. Portanto, o trabalho das agricultoras se torna fundamental para a manutenção de diversas práticas curativas, que são repassadas entre gerações.

A construção social do acervo de conhecimentos sobre as ervas transcende o mero conhecimento de suas aplicações terapêuticas e, além disso, faz parte de uma intrincada rede de relações forjada no modo como esse conhecimento foi transmitido e recebido (Branquinho, 1999, p. 80).

Ines Claudete Burg (2005), em pesquisa realizada no Sudoeste paranaense, traz à tona preocupação sobre a perda do conhecimento sobre a produção, coleta e uso das plantas medicinais, as quais, segundo a autora, eram dominadas por gerações mais antigas, principalmente, pelas mulheres. “Tanto as mulheres quanto os homens guardam sementes, mas são as mulheres que se preocupam em guardar sementes ou preservar mudas de plantas medicinais e produtos para o autoconsumo, enquanto os homens cuidam das espécies ligadas a lavoura” (Burg, 2005, p. 99-100).

De acordo com Fatima Teresa Braga Branquinho (1999), os conhecimentos relativos às plantas medicinais são repassados entre familiares e grupos sociais.

O modo como cada um conta ter aprendido a usar as ervas reúne a herança de uma tradição de família ou de alguém que pertença ao mesmo grupo social, a “algo” que provém das próprias ervas, que são descritas pelos moradores, sobretudo erveiros e raizeiras, como uma fonte de conhecimentos sobre seu próprio uso (Branquinho, 1999, p. 73).

De acordo com Schmitz *et al.* (2018), em pesquisa realizada em projeto desenvolvido em uma escola no município de Francisco Beltrão, as mulheres são as principais responsáveis pela transmissão dos conhecimentos relacionados às plantas medicinais para as outras gerações.

Fruscalso (2004) faz uma análise sobre a importância social das plantas medicinais para as agricultoras no Sudoeste paranaense, com foco nos municípios de Salto do Lontra e Verê. As práticas voltadas à produção e à manutenção dos conhecimentos relacionados às plantas medicinais são importantes para os espaços estudados e as agricultoras se fazem protagonistas desse processo, a partir da organização política que é histórica na região, principalmente a partir de 1990.

Embora com uma divisão sexual do trabalho patriarcal na agricultura familiar, as agricultoras do município de Francisco Beltrão possuem um processo histórico de organização política, no qual incluem suas práticas culturais de cura e preocupação com a saúde pública. Desta forma, a presença de grupos de agricultoras organizadas para produção, conservação e/ou comercialização das plantas medicinais e dos conhecimentos relativos às mesmas é significativa, no Paraná.

As plantas medicinais como saber milenar, repassado entre gerações, fazem parte de um sistema de conhecimentos tradicionais intrínseco à cultura brasileira. No entanto, há uma apropriação desses conhecimentos em prol da obtenção de lucro pelas indústrias capitalistas, pois, conforme destacado por Juliana de Almeida Costa (2015), os estudos sobre os remédios caseiros estão na origem dos medicamentos.

Neste contexto, as plantas medicinais e os conhecimentos tradicionais a elas atrelados estão no bojo das relações de poder capitalista, que possuem ligação direta com o apagamento dos conhecimentos e as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras para a utilização, produção e/ou comercialização das espécies medicinais, bem como a manutenção e transmissão dos conhecimentos.

No entanto, as mulheres possuem importante trabalho voltado a preservação desses conhecimentos, as quais os territorializam nas relações de vizinhança, mas também nos espaços de organizações de mulheres e na busca por políticas públicas.

São diversas experiências no resgate e na conservação dos conhecimentos tradicionais medicinais realizadas por mulheres no Brasil. Para Emma Siliprandi (2011), saúde e alimentação são temas de propostas dos movimentos de mulheres brasileiras, sendo elementos importantes para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável rural, baseado em um modo de

produção familiar.

A revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural, que tradicionalmente eram realizadas pelas mulheres e foram desprezadas com a crescente “medicalização” da saúde; o combate ao uso dos agrotóxicos; assim como outras medidas de saneamento ambiental, são aspectos importantes sobre a sustentabilidade desse modelo que vêm sendo questionados pelos movimentos de mulheres, assim como a mudança no relacionamento entre as pessoas e entre essas e o meio natural onde vivem e trabalham (Siliprandi, 2011, p. 177-178).

No estado do Paraná, existem diferentes grupos que detêm os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, com diferentes vínculos e formas de utilização destes, como o Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), o Centro Popular de Saúde Yanten, o Coletivo de Mulheres Agricultoras do SINTRAF-FB, o projeto de Plantas Medicinas da Itaipu e a Cooperativa de Produtos Orgânicos Gran Lago.

### Considerações finais

O trabalho das agricultoras é fundamental para manutenção da mão de obra no campo e, a partir da divisão sexual do trabalho decorrente da estrutura patriarcal, as mulheres são responsáveis pelas atividades vinculadas à produção para consumo da família e realizam o cultivo de espécies medicinais, nos quintais produtivos.

Verifica-se, por meio da pesquisa, que as agricultoras se sentem responsáveis por manter os conhecimentos tradicionais e as práticas medicinais associadas às plantas a salvo do capitalismo (que impõe um modelo produtivo pautado no agroquímico) e do patriarcado (que invisibiliza seu trabalho).

### Referências

BRANQUINHO, Fatima Teresa Braga. **Da "química" da erva nos saberes popular e científico**. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280784>. Acesso em: 1 jan. 2020.

BURG, Ines Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. A inserção da mulher no mercado de trabalho e a questão de gênero. **Pegada Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, n. 1, 2002.

COSTA, Juliana de Almeida. Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias. *In:*

BONI, Valdete *et al.* (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica.** Tubarão: Ed. Copiart, 2015, p. 81-85.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 17, p. 99-119, 2015.

FRUSCALSO, Cintia Mara de Souza. **A importância social das plantas medicinais para as agricultoras familiares do Sudoeste Paranaense.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia Doméstica) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2004.

FURTADO DA SILVA, Adriella; ROSA DOS ANJOS, Mônica de Caldas; ANJOS, Adilson. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 77-101, 2016.

GARCIA, Maria Franco; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Scripta Nova**, v. 6, n. 119, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad.: Fátima Murad. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2017.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, v. 20, n. 43, 2019.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução, **Aurora**, n. 6, 2010.

PAULILO Maria Igenes S. O peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

PAULILO, Maria Igenes. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da desigualdade de gênero. *In*: PAULILO, Maria Igenes. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. *In*: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (Org.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p. 116- 148.

SCHMITZ, Aline Motter et al. Resgatando saberes: trabalhando com plantas medicinais no colégio Léo Flach. *In*: FLÁVIO, Luis Carlos; SANTOS, Roselí Alves (Org.). **Plantas medicinais: o resgate de um patrimônio cultural.** 1. ed.

Aline Motter Schmitz, Roselí Alves dos Santos





Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2018. p. 95-110.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

SCHMITZ, Aline Motter *et al.* (Org.). **Mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná: uma luta em construção**. Francisco Beltrão: SETI, Fundo Paraná, Unioeste, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista De História Regional**, p. 31-45, 2003.

SOUSA, Gilvanete Cicera de; JOSÉ DE SOUZA, Claudiano. Plantas Medicinais nos Quintais Produtivos da Comunidade de Bom Lugar Município de Bodocó, Estado de Pernambuco - Brasil. *In: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, Anais Cadernos de Agroecologia [...]* São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

STRATE, Mirian Fabiane; COSTA, Sonia Maria da. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento. **Braz. J. of Develop.**, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 3732-3744, 2018.

STRATHERN, Marilyn. Trabalho a exploração em questão. *In: STRATHERN, Marilyn. O Gênero da Dádiva: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

#### **Contribuição de Autoria / Contribución de autoría**

Aline Motter Schmitz: Conceituação, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Escrita - primeira redação.

Roseli Alves dos Santos: Conceituação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita – revisão e edição.

**Recebido em 22 de março de 2023.**

**Aceito em 10 de outubro de 2023.**

**Aline Motter Schmitz, Roseli Alves dos Santos**

